



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Letras – IL
Departamento de Teoria Literária e Literatura - TEL
Monografia em Literatura

**DO COMPADRISMO MACHADIANO PASSANDO
PELO BOM E VELHO JEITINHO BRASILEIRO E
CHEGANDO ATÉ OS DIAS ATUAIS. O FAVOR
EM DESTAQUE.**

Divino Gonçalves da Silva

Brasília
2014

DIVINO GONÇAVES DA SILVA

**DO COMPADRISMO MACHADIANO PASSANDO
PELO BOM E VELHO JEITINHO BRASILEIRO E
CHEGANDO ATÉ OS DIAS ATUAIS. O FAVOR
EM DESTAQUE.**

Trabalho de Conclusão do Curso de Letras Português, apresentado no TEL - Departamento de Teoria Literária e Literatura, como requisito obrigatório para obtenção da Graduação em Licenciatura de Letras Português e sua respectiva Literatura. Sob a orientação da Professora Doutora Deane Maria Fonseca de Castro e Costa

Brasília
2014

DEDICATÓRIA

Este Trabalho de Conclusão do Curso de Letras Português, é dedicado em primeiro lugar a Deus que é o único responsável direto por tudo o que acontece na minha vida. Aos meus pais (in memoriam) que tanto lutaram para me dar acesso a educação e infelizmente não puderam presenciar este momento glorioso. Também aos meus familiares que tanto me ajudaram e deram suporte nos momentos em que o desespero e as dificuldades batiam em minha porta.

Hoje eu posso dizer:

Nós somos uma construção diária de nós mesmos... sempre!

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente ao meu amigo e irmão Alisson Reis Barroso, que deste o meu primeiro dia na UnB foi a minha estrela guia dentro da minha formação acadêmica. Quero agradecer também aos mestres e professores que de forma paciente e constante, estiverem sempre a indicar os caminhos que me levariam ao momento glorioso que estou vivendo agora. Também quero deixar um agradecimento todo especial a professora Deane, que aceitou me orientar neste trabalho. OBRIGADO, VOCÊS FORAM MARAVILHOSOS.

RESUMO

O objetivo desse artigo é dar um sobrevoo na obra machadiana, bem como de outros autores nacionais buscando identificar em sua galeria de personagens, traços sociais que possam mostrar como a sociedade brasileira do século XIX passou a se relacionar com o trabalho e as consequências advindas destas relações, com o fim da escravidão no Brasil. O norte deste trabalho de pesquisa bibliográfica será a busca de elementos que indiquem a influência que essa situação de pouca ou nenhuma afeição da elite brasileira para com o trabalho, e as consequências desta inconstância para as gerações futuras.

Palavras-chave: Sociedade brasileira. Cordialidade. Jeitinho. Trabalho.

Ociosidade. Malandragem.

ABSTRACT

The purpose of this article is to take a flyover in Machado's work, seeking to identify in his gallery of characters, social traits that can show how the Brazilian society of the nineteenth century began to relate to the work and the resulting consequences of these relationships for the purpose of slavery in Brazil. Seek to make an analysis of some characters created by genius writer Machado de Assis, published through its efficient and brilliant career. The north of this work of literature is the search for evidence to suggest the influence that this situation of little or no affection of the Brazilian elite to work with, and the consequences of this inconsistency for future generations.

Keywords: Brazilian Society. Cordiality. Knack. Work. Idleness. Trickery.

SUMÁRIO

1. Dedicatória	3
2. Agradecimentos	4
3. Resumo	5
4. Abstract	6
5. Sumário	7
6. Introdução	8
7. Desenvolvimento	10
8. Conclusão	25
9. Elementos pós textuais	27
10. Referências Bibliográficas	28

INTRODUÇÃO

Por ser uma pesquisa social e eminentemente empírica, será delimitado o lócus de observação, na cidade do Rio de Janeiro, no final do Século XIX, período final da escravidão e princípio do período Republicano no Brasil. Com essa pesquisa pretende-se fazer uma viagem pelo tempo e espaço, trazendo as influências deste caldo cultural e social do século XIX até os dias de hoje. Procurando evidenciar a série histórica do fenômeno da formação social neste período e as diversas influências sofridas neste espaço e tempo.

O Brasil e principalmente o Rio de Janeiro, passavam por muitas transformações, o analfabetismo estava em níveis altos, cerca de 70% dos homens livres. A cidade sofre uma série de mudanças. O Rio de Janeiro esboçava ares de Monarquia e se encontrava no posto de capital do Brasil. Havia pouco mais de 200 mil habitantes, os portos foram recém-abertos ao comércio internacional. Vivia-se também o período da regência, momento muito agitado por choques institucionais e movimentos na própria capital.

Joaquim Maria Machado de Assis, nascido em 21 de junho de 1839 na cidade do Rio de Janeiro. Era um homem simples e sua vida cotidiana se parecia com a de tantos outros homens de sua época. Na época de seu nascimento, Dom Pedro II, então com catorze anos, foi emancipado e se tornou o novo imperador brasileiro. Naquele momento, a escravidão já vinha sendo abolida em quase todas as partes do mundo ocidental, havendo por toda parte muitos conflitos inerentes a essa situação. Foi nesta sociedade cheia de conflitos e interesses conturbados que Machado de Assis viveu sua infância e foi por ela influenciado.

Filho de mãe portuguesa e de pai brasileiro de origem humilde, seu pai se chamava Francisco, era pintor e filho de escravo forro, que vivia na Chácara do Livramento, cuja proprietária, D. Tereza Angélica da Cunha, que possuía muitos escravos e “pardos forros” (título recebido aos escravos alforriados). D. Tereza acaba por apadrinhar Machado possibilitando a ele uma influência literária em casa, e tendo o privilégio de ter pais letrados que o influenciaram no hábito da leitura, o que mais tarde se mostrou ser de grande importância para a brilhante vida literária do autor. Machado de Assis se destaca nos romances e nos contos, embora tenha escrito também críticas literárias, crônicas, peças de teatro e alguns livros de poesias: *Crisálidas*, *Falenas*, *Americanas*, etc. Os primeiros romances, *Ressureição*, *A mão e a luva*, *Helena e Iaiá Garcia*, ainda tinham traços românticos. Com *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, tem início sua fase realista, na qual revela seu talento na análise do comportamento humano, descobrindo, por trás dos atos aparentemente bons e honestos, a vaidade, o egoísmo e a hipocrisia. A vida em sociedade surge como uma espécie de campo de batalha em que os homens lutam para gozar uns poucos momentos de prazer e satisfazer os seus desejos de riqueza e ostentação, enquanto a natureza assiste ao drama humano com indiferença. Essa fase realista continua com os romances *Quincas Borba*, *Dom Casmurro*, *Esaú e Jacó* e *Memorial de Aires*.

DESENVOLVIMENTO

O Brasil no final do século XIX virou o cenário de profundas mudanças sociais, e Machado estava inserido no meio deste cenário de mudanças, inserindo em seus escritos parte de sua vivência na transformação dessa sociedade. Foi exatamente no século XIX, que o conto brasileiro atingiu o seu ponto mais alto com Machado, que escreveu obras primas de análise psicológica e social, como “O enfermeiro”, “A cartomante”, “A Igreja do Diabo”, “O Alienista”, “Pai contra Mãe”, “A causa secreta”, “O espelho” entre outros.

Tornou-se um dos maiores escritores brasileiros de todos os tempos, Joaquim Maria Machado de Assis (1839-1908) nem chegou a frequentar a escola regularmente. Pobre, epilético e neto de escravos alforriados, sempre teve grande interesse pela leitura e conseguiu instruir-se por conta própria. Seus primeiros versos foram publicados aos seus 16 anos, no jornal A Marmota época em que trabalhava como aprendiz em uma tipografia. Mas Machado só veio a ser reconhecido como um bom escritor na década de 1870, fase em que ainda publicava obras ligadas à Literatura romântica. A grande reviravolta de sua carreira ocorreu na década de 1880, quando uma mudança de estilo e de conteúdo fundou o Realismo no Brasil. Romances como Memórias póstumas de Brás Cubas (1881) e Quincas Borba (1891), assim como Dom Casmurro (1899), outro de seus clássicos, revelam toda sua ironia e espírito crítico. Tolhido pelas convenções sociais e por sua timidez, no Brasil fortemente católico e acanhado dos primórdios da República, Machado de Assis dissimula a sensualidade; ela escorre subterrânea em seus romances e contos. Antecipando na mulher moderna a luta pela liberdade no amor. É nessas obras que Machado de Assis faz uma profunda reflexão sobre a

sociedade brasileira e os valores do homem que nela vive. Por ter escrito em português, seu reconhecimento internacional foi mais tardio. Só no final do século XX suas obras foram traduzidas para outros idiomas, como o inglês, o francês, o espanhol e o alemão, o que despertou interesse mundial e o alçou ao posto de um dos grandes nomes do Realismo.

A literatura machadiana é, pois, campo muito fértil para buscarmos respostas aos questionamentos sobre as relações sociais brasileiras do século XIX. Machado de Assis é sem a menor sombra de dúvidas o maior e melhor escritor brasileiro de todos os tempos. Ninguém mais além dele foi capaz de dissecar a sociedade brasileira oitocentista, com tanta perfeição e profundidade, bem como de mostra-la tão bem desenhada como na sua literatura. É neste campo fértil que buscaremos colher, através de uma análise crítica principalmente das personagens e nas tantas outras situações retratadas, o entendimento de tais relações e as suas implicações nos atos e pensamentos da população brasileira daquela época até os dias atuais. Que tipo de influências sociais, este comportamento dos habitantes do Brasil no século XIX trouxe para as gerações futuras, e que conseguiu ultrapassar as barreiras do tempo e do espaço, permanecendo vivas, tendo já transcorridos tantos anos.

Somente em Machado, você encontra aquelas figuras senhoriais, como o Bento Santiago de Dom Casmurro e o Brás Cubas das Memórias póstumas. São personagens que enxergam o mundo como uma mera expansão da vontade deles.

Sidney Chalhoub disse certa vez em uma entrevista a RHBN (Revista História do Brasil em Notícia) que é “um historiador dos “restos” de Machado. “Os protagonistas dele são operários, escravos, agregados, mulheres, dependentes de todo tipo.” Também disse que “por mais que você procure nos documentos

históricos do país, só encontrará os barões, condes e viscondes [...] enfim, somente a classe dominante”. Por isso foi perguntado se ao lançar, em 2003, um livro sobre Machado de Assis isto não seria uma guinada radical em sua carreira acadêmica?

[...]”O que digo é que os romances de Machado foram escritos de modo a fazer com que a análise histórica seja uma das dimensões possíveis de interpretação. E essa é uma contribuição que os historiadores podem trazer a Machado. Ele é coisa séria demais para ser tópico só de críticos literários. Ele é interdisciplinar por natureza. A aproximação com sua obra deve ocorrer em várias frentes, sem que uma invalide a outra. Estudá-lo a partir de uma perspectiva histórica não é reducionismo. Eu também poderia facilmente dizer, por exemplo, que uma análise de Machado que se detenha exclusivamente nas relações entre a literatura dele e o moralismo francês dos séculos XVII e XVIII é muito reducionista. O historiador está aí para tornar a obra ainda mais complexa.” Chalhoub em entrevista a RHBN, 02/09/2008.

Em seu livro “Machado de Assis Historiador” Chalhoub sugere uma nova forma de ler Helena. Neste romance, Machado escreve e reescreve a história do Brasil naquela época. Ele nota que dois dos maiores críticos literários brasileiros defendem essa ideia, só que de perspectivas diferentes: Schwartz interpreta a obra machadiana como comentários estruturais, enquanto para John Gledson esta obra persegue os movimentos da história.

Para Chalhoub, no romance Helena, Machado retrata a inviolabilidade da vontade senhorial que vê o mundo como expansão de si mesmo. Também defende que:

Helena deveria ser lido em sua dupla historicidade: 1850 ano em que se ambienta o romance, e 1876 ano da sua composição, lembrando que neste meio tempo se dá a crise e o debate que levará a aprovação da lei do ventre livre. Chalhoub, 2003.

Pensar a sociedade brasileira do século XIX e as relações de trabalho ali existentes nos remete, quase que automaticamente, à questão do poder senhorial e da escravatura. Esse fluxo de pensamento é plenamente compreensível, posto que a produção econômica do Brasil Imperial depende da mão-de-obra escrava tanto no meio urbano quanto, e principalmente, na área rural, onde estavam os grandes latifúndios monocultores, responsáveis diretos pela manutenção do padrão de vida que a elite brasileira ostentava nas cidades. As bases desta sociedade estavam fincadas sob o aspecto econômico, - segundo Gilberto Freyre no livro “Casa Grande e Senzala” - na agricultura da monocultura baseada no trabalho escravo, e no aspecto social, a família patriarcal fundada na união do português e da mulher índia.

Na política e na cultura essa sociedade estaria fundamentada no particularismo da família patriarcal, onde o chefe da família e senhor das terras e dos escravos era a autoridade absoluta nos seus domínios. A família patriarcal reunia em torno de si toda a sociedade próxima, não só o elemento dominante, formado pelo senhor e sua família nuclear, mas também outros elementos, agregados, bastardos e dependentes, além da base de escravos domésticos e os da lavoura. A família forte do patriarcalismo rural irá começar a se debater com os valores universais. Esses valores e ideias burguesas entram no Brasil na esteira da formação dos grandes centros, vindo com os novos modos de vestir, de falar e de se comportar em público, etc.

Os brasileiros civilizam-se em termos de maneiras e comportamento observável. Esse novo comportamento é visto quase sempre como possuindo alguma dose de afetação e superficialidade. Ele está na base da teorização de Roberto Schwartz, acerca da sociedade do “favor” e onde as “ideias estão fora do

lugar” argumento defendido no contexto da sua interpretação de Machado de Assis. As ideias fora do lugar neste caso são as ideias liberais numa sociedade ainda escravocrata. Um embate valorativo entre os dois sistemas é a marca de um Brasil que caminha a passos lentos e claudicantes, mas caminha, e Freyre vai perceber isso e traçar no seu livro: “Sobrados e Mocambos”, um retrato deste novo contexto urbano, onde o patriarca deixa de ser a referência absoluta, pois terá ele também de se curvar a um sistema de valores e regras próprias e aplicáveis a todos, inclusive à antiga elite social. O sistema social passa a ser regido por um código de valor crescentemente impessoal e abstrato. A opressão tende a ser exercida agora cada vez menos pelos senhores contra os escravos, pobres, africanos e índios. De início, a cidade não representou mais do que o prolongamento dos interesses públicos em favor dos interesses particulares. O que representou uma piora das condições de vida dos negros livres e de muitos mestiços. O nível de vida baixou freneticamente, a comida ficou pior e a casa também.

Por outro lado, essa urbanização e o incessante crescimento das cidades também representaram mudanças lentas, mas fundamentais na forma de exercício do poder patriarcal: ele deixa de ser familiar e abstrai-se da figura do patriarca, passando a assumir formas impessoais uma dessas formas é a estatal, que passa por meio da figura do imperador a representar uma espécie de pai de todos, especialmente dos mais ricos e dos enriquecidos na cidade, como comerciantes e financistas.

O impacto na nova vida das cidades, verdadeiramente democratizante, parece ter sido o advento do “mercado” e também da constituição de um “aparelho

estatal autônomo”, com todas as suas consequências sociais e culturais. Entretanto, tão ou mais importante foi a valorização do conhecimento e, com ele a valorização do talento individual e do trabalho artesanal.

O trabalho como tema e foco de discurso será abordado por Machado de Assis em diversos pontos de sua vasta obra literária, não somente se limitando às relações senhor-escravo, mas também apontando as facilidades da vida ociosa que muitos herdeiros e afortunados gozavam na Corte do Rio de Janeiro. Alguns dos contemporâneos de Machado de Assis o criticavam por não percebê-lo como um autor que atendesse as questões sociais de sua época. Poucos percebiam então a sutileza da composição machadiana que, em verdade, criticava todo o complexo social, patriarcal e estático, que privilegiava a manutenção do poder nas mãos da classe senhorial-escravista. A riqueza da composição machadiana está também nessa capacidade de dissimular o ataque, camuflando-o num ou noutro episódio cotidiano sem, entretanto perder de vista seu alvo. O próprio Machado afirmava que “o escritor pode ser homem do seu tempo e do seu país ainda que trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (ASSIS apud Schwarz, 1990, p.9), assim sendo, o mestre dos contos brasileiros deslocava primorosamente o foco de atenção do leitor para tempos distantes e temas aparentemente corriqueiros e neles abordava questões delicadas como a posição da mulher na sociedade, os jogos de sedução e interesse, o adultério, a escravatura, os casamentos arranjados ou ainda a posição social do agregado nas ricas famílias patriarcais, nenhuma característica social escapava-lhe ao olhar e à pena.

Segundo Roberto Schwarz, Machado conseguiu compor em seu estilo “uma expressão da sociedade real, sociedade horrendamente dividida, em situação

muito particular, em parte inconfessável, (...).”O “homem do seu tempo e do seu país” deixava de ser um ideal e fazia figura de problema.” (Schwarz, 1990, p.11).

Também vai nos interessar a perspectiva de Schwarz de que a forma do texto literário, é de alguma maneira, uma expressão da lógica social, e que tal forma tem um conteúdo social que precisa ser objeto de investigação do estudioso do texto literário. Vejamos o que ele diz:

[...] a formula narrativa de Machado consiste em certa alternância sistemática de perspectivas, em que está apurado um jogo de pontos de vista produzido pelo funcionamento mesmo da sociedade brasileira.

Para melhor entender a relação que a sociedade brasileira dos oitocentos mantinha com o trabalho, faz-se necessário um retorno à Península Ibérica, origem de nossa colonização. Ao se estudar a nação ibérica, da época das grandes navegações, percebe-se que elas em muito se diferenciavam das demais nações europeias daquele tempo. Dentre uma das diferenças que se pode apontar, segundo nos mostra Sergio Buarque de Holanda, está o desenvolvimento, nas nações ibéricas, de certa “cultura da personalidade” (Holanda, 2006, p.32) pela qual, quanto maior a individualidade ou, em outros termos a autonomia de um indivíduo, maior seria o seu reconhecimento social. Assim eram mais valorizados os indivíduos que menos dependessem de outros, elevando-se, portanto as virtudes pessoais acima do bem comum. Numa sociedade onde cada qual vale por si, mais precisamente pelo que possui ou pela posição social que ocupa, o espírito de solidariedade fica enfraquecido e não se consegue construir um sentimento de união nacional que consolide o interesse coletivo de seu povo. Se cada indivíduo basta por si mesmo, sua relação com o trabalho passará a traduzir apenas seus

interesses pessoais. O povo brasileiro do século XIX recebeu e adotou esta herança portuguesa na qual o trabalho servia mais como uma busca de satisfação pessoal, satisfação esta traduzida pelo reconhecimento da sociedade.

Mas ao adotar esta herança, o povo não deixou de buscar uma maior participação nos destinos da recém-inaugurada República, segundo o historiador José Murilo de Carvalho, em seu livro “Os Bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi”. Ele diz: “O rio de Janeiro, cidade síntese e caixa de ressonância do Brasil – foi palco da proclamação da República e sua nova ordem.”, mas o povo sem entender direito o que se passava naquele momento tão importante da vida da cidade. Carvalho continua com sua lição:

O povo assistia bestializados os acontecimentos, segundo comentários de observadores estrangeiros. Enquanto isso, os atores políticos tentavam descobrir que tipo de modelo seria mais adequado ao nosso país. Os democratas liberais se dividiam em duas vertentes: os que acreditavam no individualismo da democracia formal e os jacobinos, influenciados pela Revolução Francesa, que se preocupavam com a igualdade social, mas não conseguiam resolver o problema da representação através do voto popular. Para eles, a sociedade era uma comunidade orgânica e o ideal era que todos se manifestassem diretamente. Eram os organizadores de manifestações populares, que agitavam o cenário político. Perto desta concepção de uma sociedade civil comunitária, estavam os positivistas, adeptos da filosofia de Comte. A grande diferença é que estes defendiam um Estado centralizador, que organizasse e desse disciplina e coesão à massa. Correndo por fora, os líderes operários, socialistas ou anarquistas, pretendiam que os trabalhadores tivessem um movimento atuante. A República se aplicara em importar a parafernália institucional norte-americana. Havia uma constituição que garantia os direitos civis e políticos dos cidadãos, havia eleições, havia um parlamento, havia tentativas de formar partidos políticos. A mesa estava posta por que não apareciam os convivas? Onde estavam eles? (Murilo de Carvalho, 1996, pg.74).

Murilo vai procurar responder a esta questão debatendo um fato que ocorreu em 1904 na cidade do Rio de Janeiro, que foi a “Revolta da Vacina” e mostra que o problema todo estava no fato de que importamos um regime político estrangeiro, de cima para baixo, sem a participação popular, tentando uma adaptação da democracia americana. Ou seja: “O estado brasileiro decidiu quem poderia ser considerado cidadão. A exclusão das mulheres, analfabetos, militares e religiosos correspondia a retirada de direito de 80% da população.” Além disso, quem podia votar foi mantido fora de qualquer participação no governo: logo os políticos se juntavam com marginais de toda ordem para garantir a sua eleição. Institui-se assim uma situação *sui generis* diz Murilo: “os representantes do povo não representa, os representados não existem, e o ato de votar era uma operação de capanagem.” (pág. 89) ou seja: não havia nenhuma participação política do povo nos rumos da sociedade e do país. O povo no Rio de Janeiro era simplesmente uma “abstração legal”.

Murilo continua com suas lições:

A Revolta da Vacina não teve líderes, não representou nenhuma classe, não houve planejamento. Simplesmente aconteceu de maneira informal no desenrolar dos acontecimentos: estudantes, políticos, operários, militares, prostitutas, funcionários públicos, desordeiros, todos enfim participaram. Cada um contribuiu a sua maneira com a revolta. Era um movimento fragmentado, assim como era a sociedade da época. Não pretendia derrubar o regime ou o Estado. Havia uma descrença profunda: a República não tinha aumentado a participação política do povo. Ao contrário, o novo regime frustrara a população não cumprindo suas promessas de cidadania. A revolta, conclui Murilo de Carvalho, era para que o Estado soubesse que o povo impunha limites à autoridade governamental. Sem garantir nenhum canal de participação popular, sem respeitar a opinião do povo, o regime republicano impunha suas leis à força. “Estava sendo violado um direito que o sistema republicano deveria, por sua própria essência resguardar. Ao não fazê-lo, ao violá-lo abertamente, o governo colocava-se

contra seus próprios princípios, colocava-se na ilegitimidade e ilegalidade, tornando então justificável e justificado o recurso à força." (pg. 137)

Murilo finaliza essa preciosa lição com uma conclusão fantástica:

“O Estado não foi formado pela sociedade, pairou sempre acima dela, soberano. Para conviver com isto, era preciso ser "bilontra", aceitar a ambiguidade do regime, aceitar a farsa como verdade, desmistificá-la quando fosse preciso, recorrer à força para lembrar ao governo que o "povo não era carneiro".

Os democratas liberais se dividiam em duas vertentes: os que acreditavam no individualismo da democracia formal e os jacobinos, influenciados pela Revolução Francesa, que se preocupavam com a igualdade social, mas não conseguiam resolver o problema da representação através do voto popular. Para eles, a sociedade era uma comunidade orgânica e o ideal era que todos se manifestassem diretamente. Eram os organizadores de manifestações populares, que agitavam o cenário político. A república, como um conjunto de ações que buscavam privilegiar os donos do poder, em detrimento à grande maioria negra que foi relegada a uma invisibilidade social e até mesmo humanitária.

Apesar de a população se organizar de uma forma distinta dos modelos esperados pela elite e pelos movimentos operários mais anarquistas, este povo não estava alheio ao Estado, agiam e reivindicavam ações públicas do ponto de vista comunitário, porém, essas exigências não se tratavam de queixas ao governo, mas sim de demonstrar aquilo que a população considerava obrigações do Estado, não caindo aqui na tentação de achar que esta população queria uma intervenção mínima do Estado. Na verdade esta população se via como súditos do Estado, no qual necessitavam de sua presença, porém não se enxergavam ainda como

agentes fundadores deste Estado e muito menos participativo dele como esperava os intelectuais e políticos da época.

Maquiavel nos ensina no capítulo V de “O Príncipe” pág. 73

[...] é muito diferente com os Estados acostumados a viver sob o domínio de um príncipe. Quando a dinastia do príncipe é extinta, os habitantes, estando, por um lado, acostumados a obedecer e, por outro, tendo perdido seu antigo soberano, podem nem entrar num acordo em relação à escolha de um novo príncipe, nem saber como viver em liberdade. Assim estarão menos dispostos a tomar as armas e o novo príncipe logo será capaz de despertar sua boa vontade e inspirar sua confiança. Porém as repúblicas têm mais vitalidade, um maior espírito de ressentimento e desejo de vingança, pois a lembrança de sua antiga liberdade não fará com que possam ou queiram se manter pacíficas.

Portanto a proclamação da República no Brasil já traz no seu bojo essa pouca afeição ou credibilidade com a política. Também no cerne desta temática, o capítulo V, do livro: os bestializados, do historiador José Murilo de Carvalho, traz a tona as relações entre a nova forma de governo e sua população. Intitulado: Bestializados ou Bilontras (o mesmo de espertalhão, gozador), aborda as visões ou expectativas geradas em torno do cidadão republicano brasileiro. Ao iniciar sua proposta de estudo, o autor lança mão de premissa que, ao se instaurar o sistema republicano criaram-se inúmeras expectativas e anseios por parte dos intelectuais da época e das lideranças de certa elite republicana sobre a ação popular neste novo regime que termina por fragmentar e esconder uma política que deveria ser de inclusão social, mas o racismo continua até hoje sendo um dos maiores problemas da nossa sociedade. Também houve aspirações dos líderes das alas operárias mais radicais para que esta população tivesse uma vida política mais ativa com o novo Estado. Para José Murilo: (Carvalho, JM – SP – 2004)

O Rio de Janeiro dessa época havia se tornado um campo de força de ordens e desordens, de um lado, uma elite preocupada com o estabelecimento de novas leis que regessem a ordem social; do outro, a tradição, o jeitinho, as espertezas e as ironias de uma população carioca que se amarrava em valores populares e que tinha suas próprias leis alheias à Constituição. Só se revoltavam quando o Estado tentava impor suas leis formais na base da repreensão, como na revolta da vacina, porém, logo era contornado. Na verdade, o que existia era uma separação do real e do formal. A república não era levada a sério por esta população, representando uma mera formalidade, sendo motivos de muitas chacotas nos jornais contemporâneos da época, revelando aí a fragilidade deste regime em se consolidar como o consenso de sua população. Portanto, o povo não era bestializado, mas sim um bilontra deste regime enfraquecido e sem consenso popular!

Importante frisar que este "Jeitinho", é uma expressão brasileira para um modo de agir informal amplamente aceito, que se vale de improvisação, flexibilidade, criatividade, intuição, etc., diante de situações inesperadas, difíceis ou complexas, não baseado em regras, procedimentos ou técnicas estipuladas previamente. "Dar um jeito" ou "Dar um jeitinho" significa encontrar alguma solução não ideal ou previsível. Por exemplo, para acomodar uma pessoa a mais inesperada em uma refeição, "dá-se um jeitinho". O "jeito" ou "jeitinho" pode se referir a soluções que driblam normas, ou que criam artifícios de validade ética duvidável. A expressão "jeitinho" no diminutivo em certos casos assume um sentido puramente negativo, significando não só driblar, mas violar normas e convenções sociais, uma forma dissimulada de navegação social tipicamente brasileira, na qual são utilizados recursos como apelo e chantagem emocional, laços emocionais e familiares, recompensas, promessas, dinheiro entre outros.

O jeitinho caracteriza-se como ferramenta típica de indivíduos de baixo nível de politização. Não há o ânimo de se mudar estruturas, o "status quo", busca-se exclusivamente obter uma solução de curto prazo para si, às escondidas e sem

chamar a atenção; por isso, o jeitinho pode ser também definido como "molejo", "jogo de cintura", habilidade de se "dar bem" em uma situação "apertada". Não deve ser confundido, porém, com malandragem, que possui seus próprios fundamentos.

No livro "Dando um Jeito no Jeitinho", o Dr. Lourenço Stélio Rega, define jeitinho como “uma saída para situações sem saída ou mesmo para uma situação que não se quer enfrentar”, além disso, indica que o jeitinho não é só negativo (corrupção, levar vantagem, etc.), ele também tem um lado positivo. O autor demonstra isto indicando três características do jeitinho: “inventividade/criatividade, função solidária e o lado conciliador do jeitinho”. Em seu livro também demonstra que o jeitinho não é um "privilegio" brasileiro, encontrando-se nas mais variadas culturas. No México é "la mordida", no Peru "la salida", na Argentina "coima", nos Estados Unidos (lá também tem o jeitinho) é "pay off", na Itália é "bustarella". Todo esse vocabulário mundial se refere a suborno, propina, corrupção, que é utilizado nestes países no lugar de "jeitinho".

Sérgio Buarque de Holanda, em "Raízes do Brasil" (Capítulo "O Homem Cordial"), fala sobre o brasileiro e uma característica presente no seu modo de ser: a cordialidade. Porém, “cordial, ao contrário do que muitas pessoas pensam, vem da palavra latina cor, cordis, que significa coração”. Portanto, o homem cordial não é uma pessoa gentil, mas aquele que age movido pela emoção no lugar da razão, não vê distinção entre o privado e o público, ele detesta formalidades, põe de lado a ética e a civilidade. Sergio Buarque continua com suas lições:

“...somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra, toda hierarquia funda-se necessariamente em privilégios. E a verdade é que, bem antes de triunfarem no mundo as chamadas ideias revolucionárias, portugueses e espanhóis

parecem ter sentido vivamente a irracionalidade específica, a injustiça social de certos privilégios, sobretudo dos privilégios hereditários. O prestígio pessoal, independente do nome herdado, manteve-se continuamente nas épocas mais gloriosas da história das nações ibéricas.”...Efetivamente, as teorias negadoras do livre arbítrio foram sempre encaradas com desconfiança e antipatia pelos espanhóis e portugueses. Nunca eles se sentiram muito à vontade em um mundo onde o mérito e a responsabilidade individuais não encontrassem pleno reconhecimento.” “...Nas nações ibéricas, à falta dessa racionalização da vida, que tão cedo experimentaram algumas terras protestantes, o princípio unificador foi sempre representado pelos governos. “Nelas predominou, incessantemente, o tipo de organização política artificialmente mantida por uma força exterior, que nos tempos modernos, encontrou uma das suas formas características nas ditaduras militares.”

Em termos antropológicos, o jeitinho pode ser atribuído a um suposto caráter emocional do brasileiro. Para Sérgio Buarque: “o indivíduo brasileiro teria desenvolvido uma histórica propensão à informalidade.” Deva-se isso ao fato de as instituições brasileiras terem sido concebidas de forma coercitiva e unilateral, não havendo diálogo entre governantes e governados, mas apenas a imposição de uma lei e de uma ordem consideradas artificiais, quando não inconvenientes aos interesses das elites políticas e econômicas de então.

O que já se sabe e ainda para aprofundar um pouco mais este conhecimento, e para melhor entender a relação que a sociedade brasileira dos oitocentos mantinha com o trabalho, faz-se necessário um retorno à Península Ibérica, origem da nossa colonização. Ao se estudar a nação ibérica, da época das grandes navegações, percebe-se que elas em muito se diferenciavam das demais nações europeias daquele tempo. Dentre uma das diferenças que se pode apontar, segundo nos mostra Sergio Buarque de Holanda, logo no primeiro capítulo do livro

“Raízes do Brasil, caracterizando a Península Ibérica e assinalando que o seu desenvolvimento, por se dar em um território fronteiriço, não ocorreu da mesma forma que em outros países europeus”. Esse fato deu à região uma série de características peculiares, que seriam trazidas ao Brasil no bojo das grandes conquistas marítimas. Entre esses aspectos singulares estava a cultura da personalidade, na qual o apego pelo prestígio pessoal resultava na ausência de uma moral de culto ao trabalho, diferente dos países protestantes. Daí ter surgido outra característica importante: a fraqueza das instituições e a falta de organização social. Em contrapartida, o fato de os hispânicos não conceberem uma disciplina baseada em consentimento coletivo, gerava entre eles um paradoxal senso de obediência.

Assim eram mais valorizados os indivíduos que menos dependessem de outros, elevando-se, portanto as virtudes pessoais acima do bem comum. Numa sociedade onde cada qual vale por si, mais precisamente pelo que possui ou pela posição social que ocupa, o espírito de solidariedade fica enfraquecido e não se consegue construir um sentimento de união nacional que consolide o interesse coletivo de seu povo. Se cada indivíduo basta por si mesmo, sua relação com o trabalho passará a traduzir apenas seus interesses pessoais. O povo brasileiro do século XIX recebeu e adotou esta herança portuguesa na qual o trabalho servia mais como uma busca de satisfação pessoal, satisfação esta traduzida pelo reconhecimento da sociedade.

CONCLUSÃO

Formado dentro dos quadros de uma estrutura familiar de herança lusitana, o brasileiro teria sido influenciado e se caracterizado pelo desapego com aquilo que é formal, pela dificuldade em cumprir os ritos sociais que não sejam pessoais e afetivos, e também teria muitas dificuldades de separar racionalmente as diferenças entre o público e o privado. O século XIX é fundamental para nós entendermos como se deu a construção do processo educativo que viria a fazer parte da sociedade brasileira, e que não conseguiu dar cabo ao racismo e aos preconceitos porque o Estado se arvorou no determinador da forma que se daria o financiamento dos movimentos sociais e operários, causando o engessamento destes dois bastiões da luta social. Esse caldo cultural foi com toda certeza o formador dessa indolência e pouco apego ao formalismo social. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. Entende-se, então, essa cordialidade de que nos fala Sérgio Buarque, não como concórdia, subserviência ou bondade, mas, talvez como certa passionalidade, como predomínio de uma ação menos polida, menos racionalizada e mais próxima do emocional, por isso a colocação do coração antes de tudo, na busca pela resolução de forma pessoal, no jeitinho para facilitar as coisas. Esses traços é que caracterizam o homem cordial, ou aquele que coloca o coração e a própria vontade na frente até mesmo da dignidade. Isso também se exemplifica na religião. O brasileiro possui uma relação profundamente pessoal com os seus santos, para o qual pede proteção e benefícios individuais. Portanto, é um equívoco compreender esse homem cordial como indivíduo bondoso ou algo

semelhante. Mas sempre naquele que quer auferir benefícios para si mesmo sempre.

Nos anos oitenta, Roberto da Matta, importante antropólogo brasileiro, retoma A democracia no Brasil, depois de longos anos, continua sendo um “lamentável mal-entendido”. O país ainda reclama da “ausência de verdadeiros partidos políticos”. Ainda convivemos com o racismo e a discriminação racial e de gênero. Precisamos antes de tudo compreender contra quem estamos lutando, haja vista que as revoluções neste país sempre acontecem de cima para baixo, como se não tivéssemos a capacidade de pensarmos e agirmos por conta própria. A discricionariade da burguesia brasileira impede até mesmo o cumprimento de um decreto lei, inventando formas de protelar esse cumprimento, gerando confusão entre o público e o privado. A produção anual de toneladas de leis, mostra de forma cabal que grande parte de nossos políticos ainda acredita que “a letra morta pode influir por si só e de modo enérgico sobre o destino de um povo”. Essas referências só me levam a concordar com o que disse Antônio Cândido: “Raízes do Brasil é um dos momentos mais importantes do pensamento radical no Brasil”. Seria muito bom que os nossos representantes dessem uma folheada nessa obra. Também acredito que seja fundamental a busca incessante pelo entendimento deste típico desvio formativo no caráter brasileiro para que possamos reconstruir uma sociedade mais justa e solidária, onde a “lei de Gerson, do: “temos que levar vantagem em tudo. Certo?” vire realmente uma letra morta dentro da nossa sociedade, e que desabroche a solidariedade formando uma sociedade brasileira mais justa e humana e solidária. Que Deus nos abençoe nesta construção.

ELEMENTOS PÓS-TEXTUAIS

Este trabalho é fruto da aplicação dos conceitos aprendidos durante os quase cinco anos do curso de Letras na UnB. Trata-se de uma obra que está dando a oportunidade de vivenciar na prática o estudo acadêmico com maior profundidade e, com isso, entender melhor as bases sobre as quais se constrói uma pesquisa científica. Foi também de grande valor para a compreensão da interdisciplinaridade no estudo das linguagens, pois mostrou, além do papel que cada disciplina exerce separadamente, a importância do estabelecimento de relações que proporcionam uma visão global sobre a produção intelectual humana. Isso está me levando a vislumbrar um tantinho só, da complexidade e genialidade do pensamento humano e da genialidade criativa do maior e mais importante escritor em língua portuguesa Joaquim Maria Machado de Assis, se antes eu era somente um fã da sua enorme capacidade agora sou um completo apaixonado por tudo o que se relacione a este gênio criador. Foi ele quem alargou as minhas perspectivas para o aperfeiçoamento pessoal e profissional.

"Funcionário público exemplar, Machado lidava com duas questões fundamentais: a política de terras e a escravidão".

Sidney Chalhoub – 02/09/2008

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

S, Machado de; **Contos Escolhidos** - Org. Martin Claret – São Paulo, Editora Martin Claret, 2004.

_____; **Dom Casmurro** – 4ª ed. - São Paulo: Editora Ática. 1994.

_____; **Memórias Póstumas de Brás Cubas** – São Paulo: Editora Ciranda Cultural. 2007.

_____; **Quincas Borba** – São Paulo: Editora Ciranda Cultural. 2007.

DIDO, Antônio; **Iniciação à Literatura Brasileira** – Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 6ª ed. 2010.

/ALHO, J. M. - **Os bestializados** – O Rio de Janeiro e a República que não foi – São Paulo, Cia das Letras, 1996 – 3ª ed.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. Lisboa, Livros do Brasil – 1957.

_____. **Novo mundo nos trópicos**. São Paulo, Nacional/Edusp – 1969.

_____. **Sobrados e mocambos**, Rio de Janeiro, Record - 1990.

EDSON, John; **Machado de Assis – Impostura e Realismo** – Uma reinterpretação de Dom Casmurro – Tradução Fernando Py – São Paulo: Editora Cia das Letras. 1992.

MACHIAVELLI, N. **O Príncipe** – Tradução de Cândida de Sampaio Bastos – São Paulo: Editora DPL. 2008.

PAIVA, Marcelo W. **O Pensamento vivo de Machado de Assis** – São Paulo: Editora Martin Claret. 1992.

SCHWARZ, Roberto. **Ao Vencedor as Batatas** – São Paulo: Editora Duas Cidades. 6ª ed. 2012.

_____. **Um Mestre na Periferia do Capitalismo** – São Paulo: Editora Duas Cidades. 2ª ed. 2012.

SOUZA, Jesse. **Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira** - Tempo Social; Revista de Sociologia da USP – São Paulo, 12 (págs. 69-100) maio 2000.